

Fake news e mundos de pós-verdade: que democracia em jogo?

Fake news and post-truth worlds: which democracy at stake?

REVISTA
com política

revista compolítica

2020, vol. 10(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.3.424

 Open Access Journal

Resenha de “Post-truth, fake news and democracy. Mapping the politics of falsehood” de Johan Farkas e Jannick Schou

Nina Santos

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital
[National Institute of Science and Technology in Digital Democracy]

Resumo

Fake news e pós-verdade viraram termos correntes do debate contemporâneo como símbolos de ameaças às democracias. O que Johan Farkas e Jannick Schou fazem no livro “Post-truth, fake news and democracy. Mapping the politics of falsehood” é questionar a ideia de democracia que subjaz a esses discursos e propor um deslocamento do debate. Os autores adotam uma abordagem pós-fundacionalista da teoria do discurso para analisar mais de 500 textos sobre fake news e pós-verdade publicados entre 2015 e 2018. Eles defendem que as críticas a esses processos estão majoritariamente fundadas em uma visão racional da democracia, que tende a despolitizar esses processos. Ao defender que a base dos regimes democráticos não é a verdade e sim a soberania popular, eles argumentam que centrar o debate apenas na retomada de uma certa racionalidade pode ser um caminho perigoso para as democracias.

Palavras-chave: fake news, desinformação, pós-verdade, democracia.

Abstract

Fake news and post-truth have become current terms on contemporary debate as symbols of threats to democracies. What do Johan Farkas and Jannick Schou do in the book “Post-truth, fake news and democracy. Mapping the politics of falsehood” is to question the idea of democracy that underlies these speeches and to propose a shift in the debate. The authors adopt a post-foundationalist approach to analyze more than 500 texts on fake news and post-truth published between 2015 and 2018. They argue that the criticism of these processes is mostly based on a rational view of democracy, which tends to depoliticize these processes. In arguing that the basis of democratic regimes is not the truth but popular sovereignty, they claim that centering the debate only on regaining of a certain rationality can be a dangerous path for democracies.

Key words: fake news, disinformation, post-truth, democracy.

Fake news e mundos de pós-verdade: que democracia em jogo?

Nina SANTOS

A questão das *fake news* e da desinformação se tornou tema dos mais diversos debates nos últimos anos. De ambientes acadêmicos, a artigos de jornal, chegando até as mesas de bar e aos grupos de WhatsApp, tentativas de caracterização deste fenômeno têm estado por toda parte, no Brasil e no mundo. O que é uma notícia falsa, quem são os responsáveis pela sua produção, como as plataformas digitais contribuem para sua disseminação, formas de combater esse fenômeno e seus impactos políticos e sociais são apenas alguns dos aspectos que marcam as discussões.

Fugindo dos debates mais recorrentes sobre o tema, o que Farkas e Schou propõem no livro “Pós-verdade, *fake news* e democracia” (2020) é menos uma compreensão do fenômeno em si e mais uma discussão sobre os discursos sociais sobre ele. Segundo os autores,

O livro não se dedica a discutir se as democracias estão, efetivamente, vivendo uma crise de fatos. Ao invés disso, se dedica a compreender os impactos das grandes e disseminadas discussões sobre este tema nos próprios sistemas democráticos. Propõe um deslocamento analítico das ‘condições de verdade para os discursos de verdade’ (Farkas; Schou, 2020, p.3).

Johan Farkas, doutorando em Estudos de Mídia e Comunicação na Universidade de Malmö, na Suécia, e Jannick Schou, professor na IT Universidade de Copenhague, constroem um interessante deslocamento no debate centrado-se em como as *fake news*, seus impactos e as formas de combater-las têm sido caracterizadas e quais são os pressupostos por trás dessa forma de enquadrar a questão. Afinal, quando se apontam culpados e propõem-se soluções em busca de um reestabelecimento de um funcionamento saudável da democracia, de qual democracia se está falando?

O principal argumento do livro é o de que o debate sobre *fake news*, desinformação e pós-verdade é essencialmente centrado em uma busca pelo reestabelecimento de uma verdade

incontestável. Essa verdade seria vista como a condição *sine qua non* para a existência de uma democracia funcional. Os autores argumentam, no entanto, que falar sobre uma era da pós-verdade implica em considerar a existência prévia de uma era da verdade que, segundo eles, nunca existiu. Farkas e Schou afirmam que “a democracia, como sistema político, nunca foi prioritariamente sobre verdade” (Farkas; Schou, 2020, p.4). Eles defendem que a relação entre democracia e verdade se apoia em uma visão específica de democracia baseada em ideais de razão, racionalidade e verdade como pressupostos. A crítica do livro é justamente a de que esses pressupostos permaneceriam imutáveis nos debates sobre pós-verdade.

Para desenvolver essa discussão, os autores partem da análise do discurso para investigar um conjunto de mais de 500 texto sobre *fake news*. O *corpus* inclui obras acadêmicas, artigos de mídia, livros não acadêmicos, briefings e outros (como *tweets*, verbetes de dicionários etc.). Infelizmente, não há maiores precisões sobre a composição do *corpus*. Sabemos apenas que ele está restrito à língua inglesa e que a coleta foi feita de 2015 a 2018 – sendo que apenas no último ano ela foi feita de forma sistemática.

Com base neste material, o livro é organizado em três seções. A introdutória delinea as bases teórico-metodológicas da obra. A análise é feita em seguida, onde se apresentam as principais linhas discursivas dos debates sobre *fake news*, quem são os atores apontados como culpados e quais as soluções propostas e suas implicações. A última parte é dedicada a problematizar os principais pontos encontrados à luz da “filosofia política crítica e pluralista” (Farkas; Schou, 2020, p.11), como definido pelos próprios autores.

Um dos discursos apontados pelos autores como recorrentes quando se fala de *fake news* é aquele de “uma praga do mundo moderno” (Farkas; Schou, 2020, p.46). Eles ressaltam que a analogia médica não se trata apenas de metáfora ou representação. Essa visão constituiria a espinha dorsal do pensamento sobre *fake news* que se basearia na interconexão da sociedade em rede. Farkas e Schou apontam, no entanto, uma dupla interpretação desse discurso, que, de um lado, apresenta a disseminação e de *fake news* e a construção de mundos de pós-verdade como algo humano e de responsabilidade humana e, de outro, defende que isso ultrapassa o estritamente humano. Isso faz com que, por vezes, agentes humanos sejam apontados como maliciosos e culpados pela disseminação

dessa praga, enquanto, em outras ocasiões, ela seria atribuída a uma certa viralidade infecciosa do sistema, que estaria descolada do contexto humano em que se desenvolve. A consequência dessa medicalização do problema, seja ela atribuída a atores humanos ou não, resultaria em uma despolitização da questão.

O livro tem o grande mérito de apresentar um debate fino e extenso sobre os principais elementos do discurso sobre fake news e pós-verdade apontando pressupostos que, muitas vezes, permanecem ocultos quando esses discursos tornam-se amplamente repetidos. É preciso considerar, no entanto, que muito do que se diz sobre o fenômeno das *fake news* é parte de uma construção discursiva mais ampla, que abrange outros processos relacionados às tecnologias da informação e da comunicação.

A despolitização dos processos sociais a partir de uma visão determinista da tecnologia pode ser percebida nos discursos sobre a comunicação digital, de forma mais geral, e sobre as mídias sociais em específico. Das revoluções possibilitadas pelo Twitter, das quais se falava nos anos 2010, ao WhatsApp como caixão da democracia – argumento corrente nos debates atuais – diversos são os exemplos de casos em que a explicação para um processo social e político frequentemente recorreu a uma visão essencialista da tecnologia, como capaz de determinar as opções humanas. Certamente, é também a impossibilidade de caracterizar o atual fenômeno das *fake news* fora do panorama das novas TIC que faz com que esse discurso acabe se reproduzindo quando se trata do tema.

A grande contribuição do livro, contudo, está na abordagem teórica, que propõe um deslocamento dos discursos atuais sobre a importância do combate às *fake news* e aos regimes de pós-verdade em sociedades democráticas. O ponto de partida de Farkas e Schou é a perspectiva pós-fundacionalista, como parte da corrente da teoria do discurso pós-marxista, baseada sobretudo nas obras de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Eles argumentam que considerar a democracia como idêntica à verdade significaria ignorar a própria história da democracia que, segundo eles, nunca teria sido estática ou fixa.

Neste sentido, eles recorrem à ideia de Mouffe (1993; 2005) do paradoxo democrático. Esse paradoxo das democracias contemporâneas residiria no fato de elas terem que contrabalançar o individualismo do liberalismo com os princípios de igualdade,

participação e soberania popular. O aumento das fake news e de fatos alternativos não seria, portanto, o maior problema das democracias atuais. Para Farkas e Schou, defender isso significa considerar que a única solução para as democracias contemporâneas seria retornar às evidências, à razão e aos fatos concretos. Isso significaria defender uma visão democrática baseada na razão, o que, segundo eles, seria um “caminho perigoso” (Farkas; Schou, 2020, p. 6). Para os autores, isso tiraria o foco da real questão que deveria basear as democracias que é a soberania popular.

Assim, os autores aderem à visão de democracia radical de Mouffe, Laclau e Rancière, segundo a qual a democracia não é apenas sobre fatos, razão e evidências. Para eles, a forma de viver juntos não seria uma dedução lógica, mas uma construção feita na relação entre indivíduos e coletivo e entre ideias políticas opostas sobre como a sociedade deve se estruturar. Aqui, a leitura de Chantal Mouffe de que todo consenso seria fruto de uma hegemonia provisória e de que implicaria sempre em exclusão é especialmente útil aos autores, que se apoiam nela para propor esse deslocamento do que seria então característico da democracia, como sistema de instabilidade: “O que permanece próprio de uma democracia que funciona bem não é tanto a capacidade de se mover baseado na razão e na verdade, mas sua habilidade de dar voz a diferentes projetos políticos e grupos. (...). É sobre afeto, emoções e sentimentos.” (Farkas; Schou, 2020, p.7).

A perspectiva proposta pelos autores difere por exemplo da visão de Hannah Arendt sobre a relação entre verdade e política. Depois de receber duras críticas da comunidade judaica pela cobertura feita do julgamento do nazista Eichmann para a revista *The New Yorker*, Arendt publica o artigo “A verdade e a Política” (1967). No texto, ela defende que o que interessa para a política, para o jornalismo e para o debate público seria a verdade factual, que não necessariamente coincide com a verdade religiosa ou filosófica. Para Arendt, diferentemente das outras, a verdade factual seria pequena, frágil, efêmera. A partir desta noção, a filósofa vai desenvolver a ideia de que a política se apropriaria dos fatos a partir de relatos e representações elaborados em outros domínios, fora da política, inclusive no jornalismo. Por lidar com o coletivo, o gregário, a política não seria o lugar de construção da verdade, processo que suporia uma independência radical. Confiar à política o papel de estabelecer a verdade seria flertar com o autoritarismo.

Para Arendt, a verdade – essa, a factual – se esconde dos politicamente engajados e supõe uma independência crítica. Por isso, o trabalho do repórter, por mais limitado que seja, seria essencial à sociedade – para que ela saiba onde está – e à própria política. Divulgar informação trata-se de uma função política essencial à democracia. Cabe à política buscar ancorar suas decisões nos fatos.

Portanto, política e imprensa seriam domínios que se tocam, mas não se englobam e encarnam papéis diferentes em um regime democrático. Ao retomar as ideias de Arendt em seu recente livro “Existe democracia sem verdade factual?” (2019), o jornalista e professor Eugênio Bucci ressalta que tanto no processo de produção da informação quanto na política, “persiste certa filiação a um plano discursivo de registro dos fatos. É isso que vem se perdendo. É isso que não podemos perder” (Bucci, 2019, p.28).

Se, ao primeiro olhar, há uma convergência entre as visões de Arendt e Farkas e Schou de que a verdade não deve ser exigida como fundamento do fazer político, logo em seguida divergências entre os autores ficam claras. Ainda que Arendt esteja focada em compreender a relação entre verdade e o fazer político, e Farkas e Schou se interessem aos pré-requisitos das sociedades democráticas, há uma diferença importante entre as duas abordagens. Arendt, ao admitir que o político não deve ser visto como criador de verdades, busca recolocar a referência de verdade em outro lugar, em domínios externos àquele da política, especialmente na verdade factual do jornalismo. Já os autores nórdicos apontam uma cisão mais profunda entre as duas coisas, visto que consideram que o fazer político democrático não deve se basear apenas em racionalidade e, portanto, deve ser capaz de abarcar diferentes construções do que seria verdade, que seriam a base do fazer político. Eles rechaçam, portanto, a ideia de uma verdade factual, visto que ela sempre dependeria de uma percepção subjetiva dos sujeitos. Negam a possibilidade de um chão (ground, no original) estável e imutável sob a realidade social e defendem a possibilidade de múltiplos solos que instauram uma fundação precária e temporária.

Farkas e Schou afirmam que seu livro deve ser visto como uma defesa enfática da democracia, não como regida unicamente pela razão, mas sim pelo povo. O caminho apontado pelos autores como aquele capaz de salvar a democracia, portanto, não seria

primariamente combater às *fake news*, mas sim criar espaços genuínos para o fazer político (contestação, divergências e pluralismo).

Apesar de flertar com o perigo do relativismo completo da verdade e dos fatos, a obra joga luz em elementos poucas vezes vistos no debate contemporâneo sobre *fake news* e pós-verdade. O livro tem o mérito de trazer para o centro da conversa a questão básica e essencial do que caracteriza a democracia nos tempos atuais. Afinal, que sociedade democrática é esta que precisamos salvar?

Referências

ARENDDT, Hannah. *Truth and Politics*. Nova Iorque: The New Yorker, 1967.

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem democracia factual?*. São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2019.

Notas

Pesquisa financiada pela Capes.

A autora

Nina Santos é pós-doutoranda no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital e pesquisadora associada do Centre d'Analyse et de Recherche Interdisciplinaires sur les Médias (Université Paris II). E-mail: nina.santos@inctdd.org

Data de submissão: 02/03/2020

Data de aprovação: 02/10/2020